

# Banco a banco

O GLOBO

DESDE a crise de 1982, o Brasil tem feito um esforço descomunal para solucionar o problema da dívida externa. Durante todos esses anos, o País exportou bem mais do que importou, chegando a gerar o terceiro maior superávit comercial em todo o Mundo, somente superado pelos saldos da Alemanha Ocidental e do Japão. As divisas obtidas serviram para que o Brasil cumprisse a maior parte dos acordos com os credores, tornando-se quase uma exceção entre os grandes devedores.

O ESFORÇO foi tamanho que até o volume total da dívida externa junto aos credores privados se reduziu, porém não o suficiente para diminuir significativamente os encargos financeiros (juros, comissões etc.) do endividamento.

ATÉ mesmo os governantes dos países ricos reconheceram que essa situação não poderia se prolongar, mas, infelizmente, as iniciativas por eles adotadas pouco contribuíram para se chegar a uma solução global.

ASSIM, os devedores permaneceram tendo que se ajustar diretamente com o mercado, e submetidos aos critérios deste. Após a crise de 1982, a fórmula encontrada foi uma negociação

em bloco, através da qual os bancos eram representados por um comitê assessor, composto por diretores das instituições mais importantes. Em uma situação emergencial, esse sistema até se justificava, porém não faz sentido eternizá-lo.

O BRASIL, ao contratar os empréstimos, o fez individualmente com cada banco ou consórcio de bancos. É justo, então, que a cobrança agora volte a ser individual, e que cada banco — ou grupo de bancos — apresente ao Brasil um elenco de possibilidades para o resgate da dívida.

NESSE tipo de negociação o Brasil deverá obter condições de pagamento mais consentâneas com a realidade econômica do País. Se rejeitarem a proposta, preferindo manter-se unidos na cobrança, os credores estarão praticando abuso de poder, ao pretenderem converter-se numa espécie de superpotência econômica.

DO ponto de vista ético, não há como criticar a proposta brasileira, de negociação em separado, que foi encaminhada aos banqueiros pela Ministra Zélia Cardoso de Mello. A proposta não é ingênua, e tem o mérito adicional de não ser submissa

aos credores, o que foi quase sempre uma marca das negociações anteriores.

ENTRE os grandes devedores, o Brasil talvez seja dos poucos países capazes de chegar a uma solução de mercado para a questão da dívida externa. Tem-se, por exemplo, um audacioso programa de privatização que poderia contar com a efetiva participação dos credores. Existem também diversas outras possibilidades de investimento no País, às quais se podem acoplar alternativas de pagamento da dívida.

OS credores terão de entender, entretanto, que não é mais possível repetir-se as velhas fórmulas de negociação, com idas e vindas de autoridades a Nova York, para reuniões sucessivas com o comitê assessor de banqueiros. A conversa em separado acabará sendo mais profícua para as partes e certamente fará com que se chegue a bom termo, inserindo-se o problema da dívida numa estratégia de retomada do desenvolvimento econômico brasileiro — única condição, aliás, de os credores assegurarem a recuperação total de seu capital, mais juros e dividendos.